



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Contrato 179/2023 /SSP

Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram o **Estado de Goiás**, através da **Secretaria de Estado da Segurança Pública**, e a empresa **CVA Instituto de Educação e Serviços Gerais LTDA**, nas condições que se seguem.

PREÂMBULO

DO CONTRATANTE

ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 01.409.580/0001-38, sediado à Praça Cívica, s/n, Goiânia-GO, neste ato representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP/GO**, inscrita no CNPJ 01.409.606/0001-48, com endereço à Av. Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário, Goiânia-GO, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Subsecretário, Senhor **Deusny Aparecido Silva Filho**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF/MF sob o nº 377.844.631-20, nomeado pelo Decreto s/nº de 12 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 12 de abril de 2022 (suplemento), no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 0332/2022 de 18 de abril de 2022, SEI (000029322836).

DA CONTRATADA

CVA INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 24.046.457/0001-03, com sede na Quadra 43, Lote 85, Loja 01, Setor Leste, na Cidade de Gama, no Distrito Federal, neste ato representada pela senhorita **Carolina Ameno Teixeira de Macedo**, portadora da Cédula de Identidade nº X.XX6.452 PC-DF e CPF/MF nº XXX.691.751-XX, com endereço profissional na sede da **CONTRATADA**.

FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato decorre do procedimento licitatório realizado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2023/SSP**, objeto do Processo Administrativo nº 202200011001210, estando às partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 8.666/1993, no que couber pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Federal nº 10.024/2019 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e às cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada na promoção e execução de eventos a serem realizados pelo NIAB/CBMGO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, SEI (52433729), anexo I do Edital, SEI (53181123).

1.2. Planilha quantitativa e especificação do serviço:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO NÚCLEO INTEGRADO DE AÇÃO BIOPSISSOCIAL - NIAB / CBMGO.					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO (Disputa Geral)	Unid.	Quantidade Eventos	Público Estimado	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada na promoção e execução de eventos a serem realizados pelo NIAB/CBMGO, sob demanda	Unidade	10	1.100	R\$ 123.000,00
VALOR TOTAL (cento e vinte e três mil reais)					R\$ 123.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1. DO CONTRATANTE:

2.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

2.1.2. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja feito/entregue qualquer serviço que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

2.1.3. Disponibilizar todas as informações e os meios necessários para que ocorra o fiel cumprimento das disposições existentes.

2.1.4. Autorizar os serviços e emitir os documentos específicos para tal.

2.1.5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 8.666/93.

2.2. DA CONTRATADA:

2.2.1. Cumprir todas as exigências mínimas deste Instrumento.

2.2.2. Arcar com todas as despesas que incidam ou venham a incidir diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado, e ainda aquelas relativas aos tributos fiscais, trabalhistas e sociais.

2.2.3. Manter durante a execução do objeto todas as condições de habilitação exigidas na contratação.

2.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais constantes do presente instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato, desde que o pedido de acréscimo ou supressão ocorra em data anterior ao cumprimento integral deste e antes de efetuado o pagamento.

2.2.5. Executar o objeto conforme este Termo de Referência, contados a partir do recebimento da ordem de execução.

2.2.6. Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento ou por erro relativo à execução.

2.2.7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

2.2.8. Prestar quaisquer informações ao CONTRATANTE, quando solicitada.

- 2.2.9. Garantir que todas as despesas inerentes à realização de serviços serão inteiramente de sua responsabilidade, tais como: reparos ou substituições.
- 2.2.10. Reparar qualquer dano ambiental que porventura venha ocorrer em decorrência da execução do objeto, respondendo pelos reparos ambientais e penalidades estipuladas em lei.
- 2.2.11. Promover a sustentabilidade ambiental, através da menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos, menor presença de materiais perigosos ou tóxicos, maior vida útil, possibilidade de reutilização ou reciclagem, geração de menor volume de resíduos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. DO PRAZO: O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado de acordo com a legislação vigente.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato, para o presente exercício, encontram-se previstos conforme a seguinte classificação de funcional-programática.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
Unidade Orçamentária	2950	Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP
Função	06	Segurança Pública
Subfunção	128	Formação de Recursos Humanos
Programa	1021	Inteligência, Integração e Integridade na Segurança Pública
Ação	2276	Capacitação e Qualificação do Servidor de Segurança Pública
Grupo de Despesa	03	Outras Despesas Correntes
Fonte de Recurso	27130000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas

4.1.1. Recursos consonantes à Nota de Empenho nº 00004, datada em 12 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), SEI (54726655).

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. DO PREÇO: O CONTRATANTE pagará após o devido atesto na nota fiscal/fatura o valor total de **R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais)**.

5.1.1. DA FORMA DE PAGAMENTO: A CONTRATADA deverá protocolar junto a CONTRATANTE Nota Fiscal/Fatura emitida **em favor da Secretaria de Segurança Pública, CNPJ: 01.409.606/0001-48**, referente à entrega efetivada, solicitando seu pagamento, o qual será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data de sua protocolização e será efetivado por meio de crédito em conta corrente, nos termos do Decreto Estadual nº 10.051/2022

5.1.1.1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá constar, além das informações legais, o número, título e objeto do Termo de Adesão n.º 17/2022 (SEI nº 51560915), e ainda, estar devidamente atestada pelo responsável (área requisitante e/ou gestor do contrato), instrumento indispensável para o processamento das faturas.

5.1.2. Para efetivação do pagamento, a contratada deverá apresentar, além da correspondente Nota Fiscal/Fatura, manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

5.1.3. Caso a CONTRATADA não cumpra o disposto no item acima o CONTRANTE notificará para que a situação seja regularizada, no prazo máximo estabelecido pelo setor financeiro correspondente, sob pena de rescisão contratual e sem prejuízo das sanções aplicadas ao caso, podendo a CONTRATADA ficar impedida de participar de licitações e contratos com a Administração por um prazo de até 05 (cinco) anos.

5.1.4. Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos referentes à perfeita execução deste objeto tais como: materiais, equipamentos, utensílios, fretes, seguros, impostos e taxas, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciárias, de segurança do trabalho ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à execução da prestação dos serviços, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esses ou qualquer outro título.

5.1.5. Sobre os valores das faturas não quitadas na data de seus respectivos vencimentos, para a correção monetária será aplicada o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e, quanto aos juros, o índice de remuneração da poupança, desde que solicitado pela CONTRATADA.

5.1.6. O Imposto de Renda (IR) quando devido em razão dos valores recebidos pela contratada, serão retidos pelo contratante nos casos previstos na Portaria 261, de 18 de julho de 2023, da Secretaria de Estado da Economia.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS

- 6.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 6.2. Constituem motivo para rescisão do contrato todos os incisos do **Art. 78 da Lei Federal 8.666/1993**.
- 6.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.4. A rescisão do contrato poderá ocorrer em conformidade com os **Art. 79 e 80 da Lei Federal 8.666/1993**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. DAS PENALIDADES: Sem prejuízo de outras medidas e em conformidade com a legislação, aplicar-se à CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do Contrato, as seguintes penalidades, sem prejuízo do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/2002, Art. 77 a 83 da Lei 17.928/2012 e Decreto Federal 10.024/2019, garantida a defesa prévia:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste contrato;
- c) impedimento de contratar com o Estado, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2. DA MULTA: A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA, além das penalidades acima, a multa de mora, na forma prevista neste contrato, e de acordo com que cada caso ensejar, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

8.1. A Gestão de todo o procedimento de contratação, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, será feita por servidor especialmente designado para tal finalidade, mediante edição de portaria pela Contratante, conforme disposto no art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

8.2. A fiscalização e o acompanhamento do serviço por parte da **CONTRATANTE** não excluem ou reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA**.

9. CLÁUSULA NONA - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

9.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para quaisquer medidas judiciais necessárias decorrentes deste instrumento.

Deusny Aparecido Silva Filho
SUBSECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
Portaria de Delegação 0332/2022 (000029337174)

Carolina Ameno Teixeira de Macedo
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVENIDA ANHANGUERA 7364, - Bairro AEROMAR - GOIÂNIA - GO - CEP 74543-010 - (62)3201-1047.



Referência: Processo nº 202200011001210



SEI 54747094